



**CART(AS)OGRAFIAS DE UM VIAJANTE:  
a relação língua/sujeito/estado nos relatos do naturalista Alexander Sólon Daveron**

Wellington Marques da Silveira<sup>1</sup>  
Olimpia Maluf-Souza<sup>2</sup>

**Resumo:**

O escopo que norteia essa proposta de trabalho é o de compreender a relação entre língua, sujeito e estado na/pela materialidade significativa do relato do naturalista Alexander Solon Daveron, biólogo e patologista americano cuja expedição (séc. XX) se voltou para a prática exploratória e documental, principalmente, dos animais da região de Mato Grosso, mais especificamente da cidade de Cáceres. Buscamos observar as posições-sujeito ocupadas pelo viajante em seu acervo de correspondências, de modo a compreender como, além de documentar a fauna e a flora de Cáceres/MT, o naturalista também coloca em funcionamento memórias discursivas sobre a constituição da língua nacional. No fronteira de interlocução entre a Análise de Discurso de linha francesa e a História das Ideias Linguísticas (HIL), nossa intenção é a de pontuar as questões polêmicas sobre a língua (séc. XX), cuja abertura, em nosso material, se dará pelo discurso naturalista, colocado em funcionalidade pelo acervo de Daveron. Trata-se de por em visibilidade o processo discursivo sobre a *língua* reverberado/atualizado pelo discurso naturalista do século XX. É, então, pela ordem do discurso sobre os elementos naturais do espaço (fauna e flora) que pretendemos mostrar a entrada que nos permite afirmar que *a* língua também se significa (e é significada) pelo discurso naturalista.

**Palavras-chave:**

Discurso naturalista. Alexander Solon Daveron. Relatos de viagem.

**LETTERS OF A TRAVELER:  
the language/subject/ state relationship in naturalist stories Alexander Sólon Daveron**

**Abstract:**

The scope of this work proposal is to understand the relationship between language, subject and state in the significant materiality of the naturalist Alexander Solon Daveron, an American biologist and pathologist whose expedition (20th century) turned to the exploratory and documentary practice, mainly, of the animals of the region of Mato Grosso, more specifically of the city of Cáceres. We seek to observe the subject positions occupied by the traveler in his collection of correspondences, in order to understand how, in addition to documenting the fauna and flora of Cáceres/MT, the naturalist also puts into operation

---

<sup>1</sup> Especialista em Literatura Brasileira pela Faculdade São Braz. E-mail: [wellington.unemat-letras@hotmail.com](mailto:wellington.unemat-letras@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professora do departamento de Letras e do programa de Mestrado/Doutorado em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Cáceres. E-mail: [olimpiamaluf@gmail.com](mailto:olimpiamaluf@gmail.com)



discursive memories about the constitution of the national language. On the frontier between the French Line Discourse Analysis and the History of Language Ideas (HIL), our intention is to point out controversial issues about the language (20th century), whose opening, in our material, will be given by the naturalistic discourse, put into functionality by the Daveron collection. It is a matter of visibility the discursive process on the language reverberated/updated by the naturalist discourse of the twentieth century. It is then by the order of discourse on the natural elements of space (fauna and flora) that we intend to show the entrance that allows us to affirm that language is also signified (and is signified) by naturalistic discourse.

**Keywords:**

Naturalistic discourse. Alexander Solon Daveron. Travel reports.

**Introdução**

Propomo-nos à compreensão, na/pela materialidade significativa do relato do naturalista americano Alexander Solon Daveron<sup>3</sup>, da relação entre língua, sujeito e estado. Dito de outro modo, buscaremos observar as posições-sujeito ocupadas pelo viajante em seu relato, de modo a compreender como, além de documentar a fauna e a flora de Cáceres-MT, o naturalista também coloca em funcionamento memórias discursivas sobre a constituição e os modos de organização dos sujeitos no espaço da cidade.

As expedições que sucederam as primeiras grandes navegações colonizadoras apresentam uma comunhão entre *ciência* e *arte*. Na passagem do século XIX para o século XX, a produção artística foi efervescida pela expansão dos horizontes dos artistas-viajantes, cuja função não se ligou mais à atividade de conquista/colonização, e, portanto, à formação discursiva lusitana, mas a práticas científico-exploratórias, subjazidas pela discursividade das ciências naturais. Ao contrário do que se poderia imaginar, o rigor científico das viagens do século XIX cria – nos âmbitos da literatura, da fotografia, dos mapas etc. – condições para a ressignificação do fazer artístico.

Embora no discurso naturalista esteja circunscrita a tentativa de representação/reprodução fiel da natureza pelo artista-viajante, vemos que as escrituras produzidas com o fim de cartografar o território também constituem espaços de (re)invenção de sentidos sobre o cidade e seus respectivos modos de identificação pelos sujeitos.

---

<sup>3</sup>Cientista americano cuja expedição (séc. XX) se voltou para a prática exploratória e documental, principalmente, dos animais da região de Mato Grosso, mais especificamente da cidade de Cáceres.



No interior desse quadro, temos nos ocupado com a discussão<sup>4</sup> sobre a constituição do sujeito, da língua e das cidades nacionais – recortando o espaço citadino de Cáceres, MT –, a partir dos saberes e imaginários enfeixados por gestos de leitura produzidos por estrangeiros em viagens ao Brasil. Desse modo, tomamos o cenário da colonização como *acontecimento* (PÊCHEUX, 1994) sócio histórico e político no qual foram produzidos os primeiros discursos *sobre* o espaço nacional, e cuja conjuntura impeliu a produção – no âmbito das fontes documentais – de relatos e de crônicas de viagem, sob a responsabilidade dos governantes das capitânicas brasileiras.

No fronteira de interlocução entre a Análise de Discurso de linha francesa e a História das Ideias Linguísticas (HIL), nossa intenção é a de pontuar as questões polêmicas sobre a cidade (séc. XX), cuja abertura, em nosso material, se dará pelo discurso naturalista, colocado em funcionamento por escrituras (cartas) legadas pelo cientista que procurou documentar os elementos naturais, principalmente os animais, da cidade de Cáceres-MT.

## **1 Arquivo e memória da língua nas/das práticas de colonização**

Compreendemos nosso material de análise pela noção de arquivo discursivo proposta por Pêcheux (1994, p. 57), que diz sobre o “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Assim, não compreendemos esta noção teórica como um produto empírico, mas como um espaço de emaranhamento de diferentes gestos de leitura, produzidos como forma de discursos fundadores, que ocorrem segundo determinadas regularidades histórico-enunciativas.

Os escritos que fizeram parte da composição de um inventário da nação brasileira não constituem – simplificadamente –, segundo Foucault (2000, p. 147), uma antologia de textos,

[...] como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida [...] o arquivo é o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas.

---

<sup>4</sup> Essas investigações se iniciaram como o subprojeto de pesquisa *Viagens, Narrativas e Memórias: sentidos e sujeitos em trânsito na tessitura urbana de Cáceres-MT* (PIBIC/CNPq/2014), na modalidade Iniciação Científica.



Nessa direção, o *arquivo* coloca em funcionamento, então, efeitos de legitimação e de cristalização de sentidos na memória sócio histórica dos sujeitos. Dessa forma, a escritura do viajante é, ao mesmo tempo, um dizer que congela, que (re)organiza, que (re)distribui sentidos – reduzido ao contexto, à situação da época, ao pragmático – e historicidade, uma vez que se relaciona com a exterioridade, que alarga, abre para outros sentidos, dispersa, põe em movimento (ORLANDI, 2003).

Na conjuntura da colonização, o dizer sobre a terra silencia, reformula e produz, pelos textos que legitimaram a conquista europeia nos séculos XV e XVI, posições de significação tanto para o sujeito-brasileiro, nativo, quanto para o itinerante, descobridor e responsável pela descrição e pelo *esquadrinhamento* (FOUCAULT, 2000) do espaço, que é construído, na narratividade da Ata, como um acontecimento de linguagem que prevê a demarcação, a determinação, pelo discurso da legitimação/administração, das formas de ocupação do território pelos sujeitos-habitantes.

As projeções imaginárias dos brasileiros foram consubstanciadas pela memória de colonização, que, atualmente, conforma e instrumentaliza direções de sentidos que ressoam vestígios das práticas de dominação portuguesa. Assim como a língua e seu processo de apagamento/substituição, a formulação de um território constitui uma memória que o eterniza, o historiciza e que se inscreve em outros espaços de dizeres sobre o país e seu povo (PAYER, 1999).

Segundo Nunes (1982), em se tratando de registro, a *documentação* das viagens produzidas no século XIX é o suporte material que dá corpo ao processo de evolução e de mudança do espaço telúrico, bucólico, ao citadino, configurado pelas relações mercadológicas e capitalistas, iniciadas no final da segunda metade deste século.

As condições de produção de leitura dos viajantes corroboraram uma determinada parte da memória de arquivo referente à manutenção da posse de Portugal sobre o Brasil. A produção da leitura era, desde a Idade Média, agenciada e dividida entre posições de sujeito que podiam/permitiam *ler* de determinados modos. Assim, mesmo que os diários ou crônicas de viagem representassem efeitos possíveis de leitura, estes eram textos que impunham

[...] ao sujeito-leitor [escritor] seu apagamento atrás da instituição que o emprega: o grande número de escrivãos, copistas e “contínuos”, particulares e públicos, se constituiu, através da Era Clássica até nossos dias, sobre esta



renúncia a toda pretensão de “originalidade”, sobre este apagamento de si na prática silenciosa de uma leitura consagrada ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa. (PÉCHEUX, p. 57, 1994)

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que o colonizador formula um gesto de leitura, produz-se efeitos de um *silenciamento* da imagem de si, do saber discursivo do viajante/escrivão/redator, pela voz jurídica ou religiosa que agencia a direção dos sentidos na escritura. Isso porque, a cada período da história de constitutividade das grandes viagens e descobertas, os movimentos de leitura eram produzidos segundo determinadas condições de produção e de acordo com posições de significação ocupadas pelos viajantes e missionários. Nos relatos/narrativas (em especial as do século XIX), a escrita do viajante funciona como um “[...] ato que domestica o significar [sobre a terra, sobre os elementos naturais e sobre o cotidiano dos habitantes-nativos] e serve à asserção, à unificação do sentido e à unicidade do sujeito testemunha dos acontecimentos” (ORLANDI, 2007, p. 54).

O *silenciamento*, tal como defende Orlandi (2007a), diz da política do sentido: quando, no movimento de colonização, o europeu diz sobre algo do fazer na colônia, inevitavelmente, apagam-se sentidos que, desautorizados, interditam outras significações.

O discurso das *descobertas/conquistas* tem um trajeto marcado por diferentes enfoques e modos de ler o mundo, o que nos leva à compreensão de que a circulação do saber científico pelo olhar do europeu compreendeu distintos momentos históricos, cujos espaços de dizeres configuraram, entre diferentes séculos, múltiplas representações da realidade, mediadas por interpretações que dizem das práticas de colonização desenvolvidas no interior da colônia. O sujeito-viajante, em sua função de registrar as peculiaridades dos espaços que percorreu, produz o relato/a narrativa em consonância com sua relação com a terra, com o território.

O arquivo discursivo produzidos nas/pelas grandes viagens, então, mostra que os olhares dos viajantes se (re)organizam durante os séculos e fazem circular um saber que autoriza, que “descobre” e que cientificiza – a propósito do discurso da colonização – os sujeitos e os espaços em terras brasileiras.

Nossa memória de colonização mantém uma relação necessária com as práticas de posse da terra que aqui se desenvolveram. O europeu, ao atracar em mares brasileiros, significou o território de tal modo que determinados sentidos cristalizaram-se na história de constitutividade de nosso país, ressoando, mais tardiamente, nos dizeres – tanto do âmbito



jurídico quanto historiográfico/literário/social – e fazendo circular imaginários específicos sobre o domínio ibérico no Brasil.

Referimo-nos, mais precisamente, aos sentidos vinculados às palavras *descoberta* e *conquista* do território, enquanto disjunções administradas por diferentes memórias sócio históricas. Nessa direção, quais as implicações históricas e ideológicas determinam a dispersão e/ou identificação dos sentidos filiados a esses vocábulos?

Os textos que retrataram as grandes viagens no período da colonização põem em visibilidade modos de como a língua funciona enquanto “retrato do processo de produção da nossa nacionalidade”<sup>5</sup>: as palavras estabelecem relações intrincadas com a formulação sócio histórica e ideológica de nosso país, visto que historicizam sentidos, colocando em jogo distintos lugares de significação. São, portanto, “[...] espaços da identidade histórica: é a memória temporalizada, que se apresenta como institucional, legítima” (ORLANDI, 1993, p. 13).

À memória cabe, então, o papel de sedimentar sentidos, que, ininterruptamente, reverberam na composição da trama complexa de significação da realidade humana. Nesse movimento de significação, que vai legitimar sentidos para os nativos a partir do discurso do colonizador, distintas redes de memória (se) compõem, historicamente, as palavras *descoberta* e *conquista*. A primeira sugere o

[...] ato ou efeito de descobrir (algo), retirando-lhe a proteção, a cobertura, a capa ou invólucro que cobre, esconde;  
descobrimto *1/fig.* ação, processo ou efeito de revelar a si próprio, a outrem e/ou às pessoas em geral (alguma coisa de que, até então, **não se sabia ou que se achava escondida**) [...] **invenção, criação de algo através do conhecimento técnico** etc [...] reconhecimento do valor, da importância de (algo ou alguém) até então ignorado [...] a experiência de (algo) vivenciado de maneira intensa pela primeira vez [...] **a obtenção de domínio, de controle sobre (algo)** [...] **a chegada, a conquista e a exploração do território oficialmente desconhecido ou ignorado** [...] criações, invenções revolucionárias [...] que influenciaram de maneira radical o conhecimento e a história da humanidade, transformando-os definitivamente [...]<sup>6</sup> (Grifos nossos)

<sup>5</sup> Formulação produzida pela Prof.<sup>a</sup> Elizabeth Siqueira Madureira, na primeira edição do curso de extensão sobre Literatura Mato-grossense, promovido pela Academia Mato-grossense de Letras (AML), em março de 2015.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra>. Acesso em: 05 jun. 2016.



A prática do descobrir implica, pois, a retirada de uma cobertura, um descortino que revela novos horizontes, cujo produto final evoca – naquele que descobre – uma satisfação ou repúdio em face do novo, do diferente. Sob essa perspectiva, os efeitos de sentido que aí são produzidos partem de um funcionamento em que temos os viajantes europeus enquanto “removedores” de uma coberta de dúvidas que plasmava sobre o Novo Mundo.

Falar em *descobrimto* e não em *conquista* do Brasil é perfeitamente aceitável se considerarmos a possibilidade de intervenção do real da história<sup>7</sup> como recorte do simbólico que permite o funcionamento das diferentes versões sobre um determinado acontecimento, fato histórico. Desse modo, convocam-se distintas memórias, a partir diferentes filiações ideológicas.

Temos, ainda, a partir do que sugere o vocábulo *descobrir/descoberta* rastros de um discurso que se pretende, ao mesmo tempo, científico e unificador: há, pelo *descobrimto*, uma necessidade de apagamento da memória existente, como se ela nunca tivesse existido; a cientificidade e a objetividade dos primeiros escritos revelam “[...] um discurso em que os europeus são sempre o “centro”, dado o discurso das des-cobertas que é um discurso sem reversibilidade. Nós é que os temos como nossos “outros” absolutos” (ORLANDI, 1990, p. 47); assim, os colonizadores criam, *descobrem* um novo mundo pelo conhecimento português, detentor do olhar científico, já livre da fabulação desmistificada pelas primeiras viagens rumo às Índias.

Em consonância com o imaginário suscitado pela *descoberta*, temos significando o domínio/controlado e a exploração tanto do território quanto dos primeiros habitantes – os índios. Nessa direção, a *língua indígena*<sup>8</sup> não aparece na história jurídico-documental brasileira, uma vez que os textos do Brasil Quinhentista foram produzidos pelos missionários, pelos cientistas (viajantes) e pelos políticos.

Nos primeiros relatos, como na carta de Pero Vaz de Caminha e de José de Anchieta, os povos indígenas são reduzidos, pela discursividade *civilizatória* vigente, a “argumentos” da

---

<sup>7</sup>Mariani (2008, p. 26) assinala que o trabalho do real da história se dá pelos “[...] pontos de impossível determinando o que não pode não ser dito de outra maneira. É porque há real, algo que escapa ao simbólico, que nos deparamos com a falha na cadeia significante e com seus efeitos, ou seja, os deslizamentos de sentidos, os equívocos, os atos falhos”.

<sup>8</sup> Segundo Mariani (2004), a língua indígena constitui a “língua geral”, “a língua primeira”, interdita pela necessidade de interiorizar os nativos na discursividade religiosa e civilizatória, através da prática catequética.



retórica colonial. Dessa forma, tais formulações europeias engendram um imaginário indígena que faz com que o índio

[...] não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta (...) esse silêncio pode ser compreendido com resistência de toda a tentativa como existência do índio a toda tentativa de integração: ele não fala (do lugar em que se “espera” que ele fale). Quer se trate de dominação ou de resistência, é pela historicidade que se pode encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos que apagam o índio, processo que o colocou *no* silêncio. Nem por isso ele deixa de significar em nossa história (ORLANDI, 2007, p. 58)

Com efeito, o encontro entre os dois povos não se deu de modo pacífico, mas marcou o embate histórico que legou-nos a memória de um povo subsumido por interdições: a tentativa de apagamento da fé, da língua, dos costumes, das vestimentas etc. dos povos indígenas.

Da *descoberta* ao confronto. O litígio entre diferentes culturas decalca o funcionamento das diferentes posições-sujeito em jogo: o índio e o europeu flagram-se, concomitantemente. Mas não sem estranhamento. A posição de ataque denota o incômodo intrínseco ao desconhecido, que se aproxima exatamente pela curiosidade fomentada pela dúvida.

O gesto de leitura de Silva (1865-1959) captura o imaginário sobre o cenário do primeiro encontro:



Quadro Desembarque de Cabral (1865-1959), do pintor brasileiro Oscar Pereira da Silva<sup>9</sup>.

Pela *descoberta* temos, então, implicados sentidos que esvaziam a substância significativa do outro (como que jamais existida), cuja memória, costumes, modos de ser/estar no território cedem lugar para as armas, para o desejo de dominação, para o conhecimento “autorizado” a legitimizar desconhecidos.

Nas redes de memória que compõem a história de colonização, vemos circular certos sentidos cujos funcionamentos produzem efeitos na memória do corpo social de um país colonizado. Certamente, tomar a posse da terra como *descobrimento* produziu, para o imaginário nacional, sentidos que silenciaram modos de (se) significar dos sujeitos que há muito já “desfrutavam” do território que hoje compreende o Brasil.

Por outro lado, a língua, sujeita a falhas e, logo, capaz de equívoco, torna possível a produção de diferentes gestos de interpretação dos acontecimentos que marcaram nossa história de constitutividade. Assim, que sentidos a *conquista* (e não mais do *descobrimento*) faz circular nos substratos da memória e da identidade dos colonizados?

Os saberes são constituídos alhures pelo poder que a memória tem de cristalizar os sentidos de um vocábulo ou expressão. Desse modo, *conquistar* movimenta, na história, as significações: “[...] **apossar-se ou dominar pelas armas**; submeter, subjugar, tomar [...]”

---

<sup>9</sup> Disponível em: [http://www.brasil.gov.br/old/copy\\_of\\_imagens/linha-do-tempo/linha-do-tempo-historia/desembarque-de-pedro-alvares-cabral-em-porto-seguro-em-1500/view](http://www.brasil.gov.br/old/copy_of_imagens/linha-do-tempo/linha-do-tempo-historia/desembarque-de-pedro-alvares-cabral-em-porto-seguro-em-1500/view). Acesso em: 27 mar. 2015.



alcançar, conseguir, **dominar (determinada coisa)**, sobrepujando obstáculos ou **enfrentando oposição [...]** (Grifos nossos).

As análises das definições nos autorizam estabelecer recorrências e descontinuidades entre os vocábulos – *descobrir* e *conquistar*. Um efeito de recorrência possível: a dominação pela imposição da força, estruturada pela soberania, situa os colonizadores em uma posição de significação marcada, necessariamente, pela detenção do controle.

A *conquista* produz, no entanto, certos deslocamentos de sentido em relação à primeira: ainda que houvesse uma tentativa de apagamento, alega-se, agora, a memória e os costumes de um povo. Os sentidos suscitados pela memória discursiva que se tem da *conquista* do território nos remetem a um imaginário (de interdição dos indígenas, de sua língua e de sua cultura) que não se deu sem o embate entre povos, mas assumiu, reconheceu, a existência de “um outro” primeiro – que precisou ser “silenciado” pelo discurso científico “autorizado” a fundar o território.

Sob os dois vieses, têm-se olhares que representam recortes possíveis ao nível do real constituinte do acontecimento da colonização, cuja representação escapa aos (des)limites dos vocábulos. Enquanto o primeiro configura um processo que descortina o invólucro do desconhecido, do inabitado e do “não significado”, o segundo circula, na memória do corpo social, como um gesto de afirmação de uma identidade nacional.

Tais imaginários, que produzem descolamentos de sentidos, conduzem também os viajantes a transitar rumo à *conquista/descoberta*, colocando em movimento as memórias, os esquecimentos, os intentos, os estranhamentos e os (pré)conceitos na arte de compor o mundo.

Vejam como a discursividade em torno da imagem do indígena se constitui em um dos fragmentos retirado de uma das cartas do viajante Daveron: “Os nativos que eu havia tratado durante os dias da expedição não tinham me esquecido. As novidades nos tratamentos de saúde também contribuíram para torná-los amigáveis [...]” (grifos nossos).

O dizer do viajante coloca em conflitualidade as discursividades de urbanização e de civilidade, tomando, então, a ideia de não civilidade como um fator de interdição dos sentidos de progresso e de desenvolvimento da cidade de Cáceres.

O que o discurso de Daveron faz atualizar a memória que colocou, na base do ideário de urbanização/progresso, os sentidos de civilidade formulados a partir de um saber



discursivo europeu. Nessa direção, só o bem-dizer a língua, orientado, por conseguinte, pela tradição europeia de escrita/leitura, “[...] possibilita o funcionamento da urbanização de uma nação, o que implica em seu estatuto de civilidade que por sua vez lhe autoriza a dizer sua língua [...]” (PFEIFFER, 2000, p. 110).

A equiparação dos nativos a “seres amigáveis” instituí, pela relação *língua/história*, os efeitos materiais como sendo de um fora da língua, exteriores a ela, mas que nela produz efeitos de sentido. Daí, temos atualizada, então, a noção de *barbárie*<sup>10</sup> como uma discursividade, que recobre os sentidos produzidos sobre o indígena ainda nos primeiros contatos com o europeu.

Nota-se, nos primeiros escritos sobre os nativos – séculos XV e XVI –, a recorrência de um dizer que constrói um lugar litigioso entre colonizadores e colonizados, calcado na concepção de civilidade importada da Europa. Desse modo, o bárbaro era aquele que não falava o latim, o estrangeiro, o diferente, o inculto, o não civilizado.

O termo *barbárie* é constitutivo do discurso histórico sobre o processo da colonização, uma vez que deixa entrever sentidos atribuídos ao processo de evolução linguística, sobretudo aqueles referentes aos primeiros habitantes do Novo Mundo.

Embora a *barbárie* possa estar mais relacionada a questões etnográficas, antropológicas, esta palavra, no dizer de um viajante, atualiza uma memória discursiva da diversidade linguística, que consolidou, na história da constituição da língua nacional, lugares discursivos que identificaram os sujeitos na sua relação com o espaço discursivo que ocupa.

### **Considerações finais**

A tradição de leitura/produção dos textos que retrataram as grandes viagens compõe o arquivo em que se reservam os discursos produtores dos efeitos de sentido sobre o processo

---

<sup>10</sup> A rede de significação tecida pelo termo *barbárie* tem sua premissa na Grécia antiga, em que os gregos designavam de “bárbaros” todos que não eram originários da Grécia. No Império Romano, os romanos utilizavam o termo para se referir aos povos germânicos, celtas, iberos. De modo geral, a população *urbana* civilizada sempre associou esse termo aqueles considerados inferiores, nobres selvagens, brutos ou cruéis. Além disso, essa denominação, comumente atribuída às civilizações não europeias, conformou, para o imaginário de urbanidade o fator primordial que determinava as condições culturais e políticas que impulsionariam a nação ao progresso e à expansão comercial. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/historiag/os-barbaros.htm>. Acesso: 18 mar. 2016.



de colonização/exploração/documentação do território brasileiro, pelo europeu. Se, por um lado, os primeiros escritos materializaram discursos, que, elaborados pela discursividade civilizatória dos séculos XV e XVI, constituíram sentidos *sobre* a terra brasileira, *sobre* os sujeitos nativos e *sobre* a língua, as expedições científicas, iniciadas no final do século XVIII e perduradas no XIX, geraram o processo que cartografou pela linguagem os espaços naturais e as inúmeras espécies de plantas/animais encontradas no Brasil.

O sujeito se deixa entrever, se diz, pela formulação produzida da combinação de significantes disponibilizados no arquivo da língua. O sujeito produz a interpretação compreendida como gesto, determinado, por sua vez, pelas condições materiais de circulação dessa língua. Assim, a história foi conformando lugares discursivos tanto para os que eram permitidos às línguas consideradas de prestígio, científicas, da cultura/administração quanto para aqueles cujos domínios linguísticos eram situados sob a ordem do desprestígio, da não civilidade, da selvageria.

## **Referências**

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. **Nas raias de Mato Grosso**: o discurso de constituição da fronteira. Dissertação (mestrado em Linguística) – Campinas: UNICAMP, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MARIANI, Bethânia. **Colonização linguística**; Brasil (séculos XVI a XVIII) e estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

NUNES, José Horta. A constituição do cidadão brasileiro: discursividade da Moral em relatos dos viajantes e missionários. *In*: GUIMARÃES, E. R. J; ORLANDI, Eni P. **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni P. Reimpressão do singular: um olhar francês sobre o Brasil. *In*: **Terra à vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas: Cortez, 1990.

\_\_\_\_\_. Processo de descolonização linguística e “Lusofonia”. *In*: **Línguas e instrumentos lingüísticos**. N. 19. Universidade Estadual de Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Unicamp, 1994.